Data da reunião ordinária: 23-05-2005

Início da reunião: 14:30 horas

Términus da reunião: 20:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:

Presidente: Jaime Manuel Gonçalves Ramos

Vereadores:

Luís Filipe Mesquita Boavida
João José Pescador de Matos Fanha Vieira
António Silvino da Costa Ferreira
Henrique dos Reis Leal
António Valente de Almeida

Outras Pessoas:

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria de Lurdes Marques Esteves Alves dos Santos

Cargo: Chefe de Secção

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

Resumo diário da Tesouraria: 23-05-2005

Operações Orçamentais: 2.922.057,91

Operações não Orçamentais: 27.955,53

ASSUNTO ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

TRABALHADORES DA EMEF

- Dado os trabalhadores da EMEF se terem manifestado junto ao Edifício dos Paços do Concelho, a Câmara, antes do início dos trabalhos da presente reunião recebeu a Comissão de Trabalhadores da EMEF, assim como, o Sindicato dos Trabalhadores do Sector Ferroviário, que apresentaram as suas preocupações relativamente aos seus postos de trabalho e a continuidade da própria EMEF no Entroncamento, entregando o documento que abaixo se transcreve.

- O Exmo Presidente, assim como todos os elementos da Câmara, mostraram-se solidários com as preocupações destes trabalhadores, tendo o Exmo Presidente informado que a própria Câmara já tomou medidas nesse sentido, tendo sido enviados ofícios ao Sr. Primeiro Ministro, ao Governador Civil e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, sobre a real situação desta Empresa, comprometendo-se a enviar, o documento agora entregue, novamente ao Sr. Primeiro Ministro, ao Sr. Governador Civil e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.

- A SABER:

- «COM OS TRABALHADORES DESENVOLVER A EMEF

- 1 – A EMEF é uma empresa imprescindível para a manutenção do material circulante ferroviário e para a garantia da segurança, fiabilidade e comodidade do mesmo.

- 2 – Para a prossecução destes fins é preciso dotar a EMEF dos meios técnicos, humanos e financeiros e aproveitar todas as suas capacidades, fazendo esta empresa todo o trabalho que pode se sabe fazer, acabando-se com a subcontratação, na maioria dos casos de duvidosa eficácia e com duvidosos resultados;

- 3 – Os trabalhadores anseiam e lutam por medidas concretas para a EMEF, que lhe garanta o futuro e o desempenho cabal do seu papel no sector ferroviário;

- 4 – Nesse sentido é preciso que a CP assuma as suas responsabilidades, intervenha no sentido de pôr a EMEF na via do desenvolvimento em torno de projectos credíveis e mobilizadores de todos os que laboram nesta empresa;

- 5 – No quadro de desenvolvimento e modernização da EMEF é preciso pôr os trabalhadores como os principais agentes da transformação necessária, pelo que é preciso uma nova política de recursos humanos, assente:

- a. Na competência como factor de nomeação para os lugares de direcção e de Administração;

- b. Na valorização dos salários e nas condições de trabalho;

- c. Na melhoria da Regulamentação de Carreiras e Categorias Profissionais, que tenha em conta a actual realidade da empresa;

- d. Em critérios de avaliação e evolução profissional que tenham em conta o desempenho profissional em cada local de trabalho;

- e. Respeito pelos acordos firmados;

- f. Garantia dos direitos dos trabalhadores e, no actual momento, de uma clarificação rápida quanto à garantia da dispensa trimestral, nos termos do AE em vigor.

- 6 – Os trabalhadores estão, hoje, em luta por estas reivindicações, pelo que exigem respostas rápidas quanto aos pontos expostos atrás;

- 7 – Esta luta continuará a breve prazo, caso se mantenha o mesmo estado de indefinição em que se encontra actualmente a EMEF;

- 8 – Após as acções do dia de hoje, o Sindicato e CT devem marcar novas formas

de luta a desenvolver durante o mês de Junho que tenham em conta a mobilização e acção dos trabalhadores e a continuação do esclarecimento da população e opinião pública.»

- Foi deliberado aprovar este assunto em minuta, para produzir efeitos imediatos.

LEITURA E APROVAÇÃO DE ACTA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ACTA

- Foi presente a acta da reunião de 16 de Maio de 2005, que depois de lida e corrigida foi aprovada e assinada por todos os presentes.

INFORMAÇÕES

INFORMAÇÕES

- De acordo com o art. 9º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo Presidente, deu a palavra aos Vereadores Srs.:

- 1 - VEREADOR SR. HENRIQUE LEAL

- a) Indagou do Exmo Presidente a situação do processo da “Atribuição das Tasquinhas”, assim como, o processo sobre a apreciação das propostas de “ Prestação de Serviços nas Festas da Cidade 2005”.

- O Exmo Presidente informou que estes processos serão analisados no fim dos trabalhos da presente reunião.

- 2 – VEREADOR SR. ANTÓNIO COSTA FERREIRA

- a) Sobre o Cartão Municipal do Idoso referiu a recomendação que foi feita na Assembleia Municipal sobre os cidadãos residirem, “há pelo menos 5 anos” no Concelho, assim como também foi levantada a questão de inconstitucionalidade da alínea g), do artº 5º acerca dos rendimentos.

- Assim sugere, em relação ao articulado na alínea g) artº 5º do referido Regulamento, que os Serviços Jurídicos da Câmara, se pronunciem sobre o articulado referente à discriminação positiva introduzida na base dos rendimentos.

- Acerca destas questões, o Exmo Presidente informou:

- Sobre a alínea b) artº 4º, a Assembleia Municipal aprovou o Regulamento Municipal do Idoso, sob o seu comprometimento de que traria à primeira reunião desta Câmara o assunto, no sentido de ser retirada na alínea b) do artº 4º, a frase: “há pelo menos 5 anos”, ficando somente: b)-“Residirem e serem eleitores no Concelho do Entroncamento.”

- A Câmara concordou.

- Quanto à sugestão do Vereador Sr. António Costa Ferreira sobre a alínea g) artº 5º a Câmara concordou, também, com a sugestão proposta.

- b) Continuando, o Sr. Vereador António Costa Ferreira, sobre o Cartão Municipal Jovem levantou a questão dos jovens que residem nos Concelhos limítrofes.

- O Exmo Presidente informou que vai solicitar ao técnico da área da Juventude para lhe fazer chegar alguns Regulamentos dos Concelhos limítrofes, para se verificar qual o procedimento adoptado naqueles Concelhos.

- c) A seguir, o Vereador Sr. António Costa Ferreira, levantou a questão acerca da contratação da Empresa de Segurança para a Praça Salgueiro Maia, com a qual concordou, no entanto, sugere que sejam analisadas as despesas em relação a este trabalho ser efectuado por trabalhadores desta Câmara.

- O Exmo Presidente informou que foi elaborado um estudo antes da contratação desta Empresa e não era compensador, além disso e para que este serviço seja realizado por funcionários da Câmara, terão que se recrutar mais fiscais e cada um leva um ano a formar pelo CEFA.

- d) Acerca do arranjo da rotunda do E' Leclerc, o Sr. Vereador António Costa Ferreira, focou que neste momento estão a ser removidas as terras, alertando que estas coisas devem ser planeadas com algum saber, dado que as terras que ali existiam não davam para criar uma erva.

- O Exmo Presidente informou que as terras foram analisadas pelos técnicos e o trabalho está a ser acompanhado pelos nossos Serviços.

- 3 – EXMO PRESIDENTE

- a) O Exmo Presidente deu conhecimento aos Srs. Vereadores acerca do pedido de substituição por um período de 30 dias, com início em 1 de Maio e a terminar em 30 de Maio corrente, solicitado pelo Vereador Sr. José Eduardo Fanha Vieira, em 2 de Maio, foi efectuada a carta em 3 de Maio à candidata imediatamente a seguir na lista, que a recebeu em 5 de Maio, conforme aviso de recepção junto ao processo, não tendo esta, até à presente data, dado qualquer resposta.

- Falou telefonicamente com o Sr. Secretário da Associação Nacional de Municípios Portugueses, expondo-lhe a situação e foi-lhe solicitado um parecer escrito, na passada 6ª Feira, sobre o qual se aguarda uma resposta, acerca dos trâmites a seguir neste processo.

- b) A seguir, entregou, cópia dos dados estatísticos dos veículos entrados, período de permanência e horários, no Parque de Estacionamento da Praça Salgueiro Maia, na semana de 16 a 22/05/05.

- c) Sobre a nomeação do Júri para apreciação dos trabalhos dos concorrentes dos Jogos Florais, deu conhecimento do despacho que proferiu e que é o seguinte:

- Vereador Henrique Leal;
- Professor José Ventura; e,
- Professora Teresa Santos.

ASSOCIAÇÕES DESP. E CULTURAIS F/CONCELHO

15º ENCONTRO NACIONAL DE DEFICIENTES – CONVITE/PEDIDO DE APOIO

- Ofício nº 137/N/2005, datado de 4 de Maio, da C.N.O.D. – Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes, a comunicar que é uma organização não governamental sem fins lucrativos, que tem por objectivo orientar a sua acção associativa pelos princípios da liberdade confessional ou política, e da unidade do

movimento dos deficientes, como condições necessárias à plena integração social dos deficientes e para tal propõe-se: coordenar e dinamizar a actividade das associações de deficientes; defender pelos mais variados meios ao seu alcance, os interesses colectivos dos deficientes; promover organizar e apoiar acções conducentes à satisfação das justas pretensões dos deficientes, representando 30 Organizações de Pessoas com Deficiência (cerca de cem mil pessoas com deficiência), englobando todos os tipos de deficiência) (mental, motora, sensorial e orgânica).

- Mais informa que, nos termos do DL 460/77 de 7 de Novembro, é uma pessoa colectiva de utilidade pública e membro efectivo do Conselho Económico e Social e representa Portugal no Fórum Europeu da Deficiência e faz parte das seguintes organizações:

- CNRIPD – Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência;

- Grupo Nacional de Trabalho da Campanha de Sensibilização para o combate à Discriminação na União Europeia “Stop Discrimination”;

- Projecto “Casa do Futuro” da Fundação Portugal Telecom.

- Com o objectivo de sensibilizar a opinião pública para as questões das pessoas com deficiência, edita o jornal do Deficiente, realiza Seminários temáticos de reflexão, bem como a realização Encontro Nacional de Deficientes e o Congresso Nacional de Deficientes.

- Informa ainda que, no passado dia 16 de Abril na sua Reunião da Direcção Executiva, realizada em Coimbra, foi deliberado por unanimidade levar a efeito o 15º Encontro Nacional de Deficientes, no Pavilhão Gimnodesportivo nº 1, do Estádio Universitário de Coimbra, no próximo dia 25 de Junho e dado que este Encontro é um dos pontos altos da sua actividade, com larga participação (600/850) a nível nacional e de grande significado para as Pessoas com Deficiência e suas famílias, pelo que têm o prazer em convidar o Exmo Presidente, para aquele evento.

- Assim, solicita a atribuição de um subsídio de forma a que seja possível ultrapassar as dificuldades económicas tendo em vista reunir as melhores condições para a concretização deste evento, pois tem um orçamento de 20.200,00 Euros, que se destina a custear almoços, catering, tendas, mesas, cadeiras, som, painéis, transportes, cartazes, comunicações, entre outros.

- Após discussão demorada deste assunto, com intervenções diversas por todos os elementos, foi pelo Vereador Sr. António Costa Ferreira, feita a seguinte proposta: “Proponho que a Câmara Municipal do Entroncamento, suporte 100 Euros e se inscreva neste encontro um funcionário da Autarquia.”

- Depois da aceitação e discussão desta proposta e após votação da mesma, foi rejeitada, por maioria, com 2 votos a favor dos Vereadores Srs. Henrique Leal e António Costa Ferreira; e, 4 votos contra dos Vereadores Srs. Valente de Almeida, João Vieira, Vice-Presidente Luís Boavida e Exmo Presidente, por entenderem que o evento não se realiza no Entroncamento.

CLUBES ASSOC. DESPORT. CULTURAIS DO ENTRONCAMENTO **GRUPO DESPORT. FERROVIÁRIOS DO ENTRONCAMENTO – PEDIDO DE APOIO**

- Ofício nº 2403, datado de 12 de Maio corrente, do Grupo Desportivo dos Ferroviários do Entroncamento, a comunicar que tem necessidade de transportar diariamente várias pessoas que desenvolvem actividades em representação do Clube, para as quais haviam adquirido, há relativamente pouco tempo, uma carrinha de nove (9) lugares, tendo a mesma ficado inutilizada em consequência de

um acidente.

- Assim, dado a este acontecimento tiveram necessidade de adquirir uma nova viatura de nove (9) lugares pela importância de nove mil (9000) euros, ficando com sérias dificuldades financeiras, apelando à sensibilidade desta Autarquia para a compreensão deste problema, na medida do possível, lhes auxiliarem (ainda que num contexto excepcional) através de dotação de uma verba pecuniária que lhes ajude e alivie desta sobrecarga de responsabilidade financeira que repentinamente se abateu sobre o velho “Ferroviário”.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, conceder um subsídio de 10% do valor da aquisição da viatura.
- Mais deliberou solicitar que nos seja remetido recibo comprovativo da aquisição.

EXPEDIENTE DIVERSO

RESTAURANTE “O BARRIGAS” – 1ª MOSTRA DE ARTESANATO E GASTRONOMIA

- Carta datada de 5 de Maio corrente, do Restaurante “O Barrigas”, a agradecer o convite feito para participar na 1ª Mostra de Artesanato e Gastronomia, desta Cidade, e a informar que ao abrigo da actual legislação, os requisitos necessários para a instalação de “tasquinhas” em eventos desta natureza, são praticamente os mesmos que os necessários para a instalação de estabelecimentos de Restauração e Bebidas o que inviabilizarão qualquer participação legal.
- Anexa, cópia do parecer da Consultora em Segurança Alimentar.
- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, remeter cópia do parecer aos participantes.

TAXAS E LICENÇAS-SERVICOS DE IMPOST.L.T.

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

- Da Secção de Impostos Licenças e Taxas, foi presente a seguinte informação relativa à “Delegação de Competências”:
- “Atenta a deliberação de 26/01/2004 e dando cumprimento ao nº 3 do artigo 65º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, junto anexo listagens das licenças emitidas por esta Secção de Impostos Licenças e Taxas, no período de 09/05/2005 a 13/05/2005, bem como uma relação de processos deferidos.
- Nesta conformidade deve o mesmo ser presente em reunião de Câmara, a fim do Exmo. Presidente dar conhecimento à Câmara.”
- A Câmara tomou conhecimento e rubricou todas as páginas constantes desta listagem, as quais fazem parte integrante da presente acta.

ALT.ORÇ.DESPESA E GOP’S P/ANO ECONÓMICO

ALTERAÇÃO Nº 10 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E GOP’S P/ANO ECONÓMICO 2005

- A Câmara aprovou por maioria, a Alteração nº 10 ao Orçamento da Despesa e GOP’S para o Ano Económico de 2005, totalizando 143.410,00 € (cento e quarenta e três mil quatrocentos e dez euros), a fim de reforçar rubricas insuficientemente dotadas e inseridas no mesmo documento e a qual faz parte integrante da presente acta.
- De notar que, o valor referido inclui a Alteração nº 9 às Grandes Opções do Plano
- GOP (PPI e AMR).
- Votaram a favor os Vereadores Srs. Henrique Leal, João Vieira, Vice-Presidente Luís Boavida e Exmo. Presidente.
- Abstiveram-se os Vereadores Srs. António Costa Ferreira e Valente de Almeida, tendo este feito a seguinte declaração de voto que também foi subscrita pelo Vereador Sr. António Costa Ferreira:
- «O orçamento é um instrumento de Gestão do Executivo Camarário permanente

que reflecte as suas opções e escolhas, por isso abstenho-me.»

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

HABITAÇÃO SOCIAL

HABITAÇÃO SOCIAL - ALTERAÇÃO DE PERMUTA

- Dos Serviços de Habitação Social, foi presente a seguinte informação relativa à Alteração de Permuta de Habitação Social sita na Rua Eng. Pascoal de Brito, nº 22, desta Cidade:

- “Para o efeito venho por este meio informar V. Ex^a de que Esmeralda Maria Gonçalves Pereira, à qual tinha sido atribuída uma habitação social na Rua Eng. Pascoal de Brito, nº 22 (T3), pelo facto desta casa apresentar problemas com o sistema de esgotos, e para que a permuta se efectue o mais rápido possível, terá que haver alteração na atribuição para a casa nº 16 na mesma rua. Esta alteração é do conhecimento e do acordo da senhora acima referenciada.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, proceder de acordo com a presente informação.

HABITAÇÃO SOCIAL - ATRIBUIÇÃO DE RENDA

- Dos Serviços de Habitação Social, foi presente a seguinte informação relativa à Atribuição de Renda da habitação sita na Rua General Humberto Delgado, Bloco H, nº 19 – 3º Esq. (T-2), atribuída a Maria Teresa Duarte Tomás:

- “ 1 – Conforme deliberação de 21 de Fevereiro de 2005, foi entregue a habitação social sita na Rua General Humberto Delgado, Bloco H, nº 19 – 3º Esq. (T-2), a Maria Teresa Duarte Tomás.

2 – Analisado o processo em questão e de acordo com o estabelecido que regulamenta a atribuição das rendas de habitação social (Blocos), resulta a aplicação da renda mensal a cobrar no valor de 67,30 €.

- Deverá ser tomada deliberação para o efeito.”

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, proceder de acordo com a presente informação.

TRANSPORTES URBANOS

TRANSPORTES URBANOS – PROPOSTA DE TARIFÁRIOS PARA AUTOCARROS

- Da Divisão de Gestão de Recursos Financeiros, foi presente a informação que a seguir se transcreve, relativa ao “Concurso Público para Prestação de Serviços Transporte em Automóveis Pesados de Passageiros”:

- “1.Tendo em vista a “Prestação de Serviços de Transporte em Automóveis Pesados de Passageiros”, submeteu-se à consideração de V. Ex.^a a informação n.º 330 datada de 5 de Janeiro, através da qual foi proposta, nos termos do n.º 1 art. 80º do D.L. 197/99 de 8 de Junho, a abertura de um “*Concurso Público*”.

- 2. Em anexo à presente informação, segue para apreciação superior de V. Ex.^a os seguintes documentos:

- A Acta do Acto Público do Concurso realizada no dia 15 de Fevereiro ao abrigo do n.º 6 do art. 99º;

- O Relatório de Apreciação das Propostas a que se refere o n.º 1 do art. 107º;

- O Relatório Final Fundamentado elaborado nos termos do n.º 1 do art. 109º;

- Face ao exposto nos documentos acima referenciados, o júri deliberou propor a adjudicação da “Prestação de Serviços de Transporte em Automóveis Pesados de Passageiros” à empresa Rodoviária do Tejo, S.A, pelo custo anual de 160.191,84€, a que acresce o IVA no montante de 30.436,45€, o que totaliza o valor de 190.628,29€.

- A Câmara, tudo visto e analisado e rubricando todos os documentos anexos à presente informação, deliberou por unanimidade, adjudicar a “Prestação de Serviços de Transporte em Automóveis Pesados de Passageiros” à empresa Rodoviária do Tejo, S.A, pelo custo anual de 160.191,84€, mais IVA, conforme proposto.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

RIBEIRA DE SANTA CATARINA

ESPAÇO DA COBERTURA DO RIBEIRO DE SANTA CATARINA

- Na sequência do nosso ofício n.º 6549, datado 6/9/2004, no qual foi solicitado o parecer ao PLMJ – A. M. Pereira, Sáragg Leal, Oliveira Martins, Júdice e Associados – Sociedade de Advogados, acerca da viabilidade do projectado distrate da compra e venda do espaço da Cobertura do Ribeiro de Santa Catarina, foi presente, todo o processo, acompanhado da seguinte informação da Secção de Notariado:
 - “Após parecer jurídico, e no seguimento do despacho de 12 de Maio de 2005, sobre o assunto supra citado, informo V. Exª., que para dar continuidade ao presente processo, torna-se necessário que a Câmara Municipal delibere:
 - 1-Sobre se é sua intenção celebrar uma Escritura de Distrate;
 - 2-Estabelecer o valor para esse acto, facto que terá de obter sempre a concordância da actual proprietária;
 - 3-Aprovar a minuta da Escritura de Distrate.
 - Anexa-se cópia da acta, datada de 25 de Setembro de 2001, relativa ao valor proposto pela Dª. Nazaré, bem como da minuta da Escritura de Distrate.”
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, proceder de acordo com a presente informação.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ARRUAMENTOS

REQUALIFICAÇÃO URBANA DA PRACETA OLIVEIRA GOMES

- Da DOMSU, foi presente uma informação a anexar o Anúncio, Programa de Concurso, Caderno de Encargos e restantes documentos, referentes à abertura do Concurso Limitado, para execução da empreitada da “Requalificação Urbana da Praceta Oliveira Gomes”.
- Mais indica o nome das firmas a convidar.
 - “Costa & Leandro, LDA
 - Aquino & Rodrigues, S.A.
 - Silvério & Melro, S.A.
 - José França Construções, S.A.
 - António Emílio Gomes & Filhos, LDA
 - António Rodrigues Capela & Filhos, LDA “
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, aprovar e rubricar o Anúncio, Programa de Concurso, Caderno de Encargos e restantes documentos reguladores da empreitada da “Requalificação Urbana da Praceta Oliveira Gomes” e efectuar o convite às Firmas indicadas.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

POSTO DE TURISMO

POSTO DE TURISMO – PRAÇA DA REPÚBLICA

- Da DOMSU, foi presente uma informação a anexar o Anúncio, Programa de

Concurso, Caderno de Encargos e restantes documentos, referentes à abertura do Concurso Limitado, para execução da empreitada do “Posto de Turismo – Praça da República”.

- Mais indica o nome e morada das firmas que eventualmente estarão em condições de apresentar proposta com vista a se efectuarem os respectivos convites:

- “Joalis – Construção Civil e Obras Públicas, LDA
 - Rua Isabel Falcão Trigoso, n.º 12
 - Apartado 169
 - 2334-909 Entroncamento

- Silvério & Melro, S.A.
 - Rua Infante de Sagres, 29 – C 4.º
 - Apartado 21
 - 2330-999 Entroncamento

- Aquino & Rodrigues, S.A.
 - Vale – Apartado 48
 - 2490-909 Ourém

- Lusitânia – Sociedade de Construções, S.A.
 - Venda Nova
 - 2305-336 Casais TMR

- Tecnorém – Construções Civas e Obras Públicas, LDA
 - Estrada Nacional, n.º 113
 - Moinho da Areia
 - 2490 Ourém”

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, aprovar e rubricar o Anúncio, Programa de Concurso, Caderno de Encargos e restantes documentos reguladores da empreitada do “Posto de Turismo – Praça da República” e efectuar o convite às Firms indicadas.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

MERCADO MUNICIPAL

REQ.URB.ZONAENVOLV.MERCADOMUNICIPAL-PEDIDO PRORROGAÇÃO PRAZOS

- Petição em nome da Firma Constructora San José, S.A., adjudicatária da empreitada da “Requalificação Urbana da Zona Envolvente ao Mercado Municipal do Entroncamento”, a solicitar, não obstante a conclusão dos trabalhos na generalidade, a necessidade de concluir alguns trabalhos a mais entretanto surgidos, que lhe seja concedida a prorrogação do prazo da referida empreitada até ao dia 20 de Maio de 2005.

- Para o efeito, a D.O.M.S.U. prestou a seguinte informação:

- “Serve a presente informação para dar conhecimento a Vossa Ex.^a, que a firma Constructora San José, S.A., atendendo ao volume e tipo de Trabalhos a Mais na empreitada em epígrafe, conforme discriminado em anexo e de acordo com o exposto no ponto 2 do artigo 151º Decreto-Lei nº 59/99 de 2 de Março, vem solicitar a prorrogação do prazo da empreitada, ficando a data de conclusão da

mesma para o dia 20 de Maio de 2005.

- Deste modo e atendendo ao facto apontado é de parecer destes serviços que não se vê inconveniente em conceder a prorrogação solicitada.”
- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com a informação da D.O.M.S.U., deliberou por unanimidade, conceder a referida prorrogação de prazo.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

AUTO DE VISTORIA

FUTURAS INST. D.A.U.O.P/D.O.M.S.U. ALTERAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE EDIFÍCIO

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação nº 1 do Contrato Inicial, no valor de 3.118,95 € (três mil cento e dezoito euros e noventa e cinco cêntimos), elaborado em 26 de Abril de 2005, referente à empreitada das "Futuras Instalações da D.A.U.O.P./D.O.M.S.U. Alteração e Ampliação de Edifício", adjudicada à Firma Silvério & Melro, S.A.

REQUALIFICAÇÃO URBANA DA ESTRADA MUNICIPAL 571 E RUA DA SAUDADE

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação nº 2 do Contrato Inicial, no valor de 8.943,24 € (oito mil novecentos e quarenta e três euros e vinte e quatro cêntimos), elaborado em 28 de Abril de 2005, referente à empreitada da "Requalificação Urbana da Estrada Municipal 571 e Rua da Saudade", adjudicada à Firma Miraterra – Obras Públicas, Lda.

CRUZ.RUAS/ABI.C.AFONSO/D.AF.HENR.AV^aD.J.E.V.NEVES/L.COELHOAV^a.D.J.E.V.NEVES/PR.REP.–SEMÁ.E SINALIZAÇÃO

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação nº 3 do Contrato Inicial, no valor de 12.740,83 € (doze mil setecentos e quarenta euros e oitenta e três cêntimos), elaborado em 28 de Abril de 2005, referente à empreitada de "Cruzamento Rua Abílio César Afonso/Rua D. Afonso Henriques – Semáforos e Sinalização; Cruzamento Av^a. Dr. José Eduardo Vítor das Neves/Rua Latino Coelho – Semáforos e Sinalização; Cruzamento Av^a. Dr. José Eduardo Vítor das Neves/Praça da República – Semáforos e Sinalização”, adjudicada à Firma Miraterra – Obras Públicas, Lda.

CAMPO DE TÊNIS DO ENTRONCAMENTO

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação nº 3 do Contrato Inicial, no valor de 36.274,69 € (trinta e seis mil duzentos e setenta e quatro euros e sessenta e nove cêntimos), elaborado em 29 de Abril de 2005, referente à empreitada de "Campos de Tênis do Entroncamento", adjudicada à Firma Construções Pastilha & Pastilha, S.A.

OBRAS PARTICULARES

PROC^o DE OBRAS N.º 51/ 01 – GONÇALVES & BAPTISTA - CONSTRUÇÕES, LD^a

- Na sequência da deliberação de 9 de Maio corrente, acerca do processo de obras número 51/01, em nome da Firma Gonçalves & Baptista – Construções, Lda, foi presente desta, a seguinte exposição:

- «A requerente solicitou, à Câmara Municipal do Entroncamento, licença de construção para um edifício de habitação e comércio, localizado na Rua Almirante Reis, nºs 24 e 26, na cidade do Entroncamento (Processo de Obras n.º 51/01). Tendo sido deferida, por deliberação de 30 de Setembro de 2002, a pretensão da ora requerente, e concedida a licença de construção – Alvará de Licença de Construção n.º 293/03.

- Para construção do edifício, a que se refere a licença supra mencionada, a requerente necessitava proceder à demolição de uma habitação e armazém, instalados no local onde o novo prédio irá ser erigido.

- Acontece que, como é do conhecimento geral, no prédio a demolir, encontrava-se instalado, há longos anos, o Grupo Desportivo dos Ferroviários do Entroncamento, cuja sede é, precisamente, na Rua Almirante Reis. Ora, o início das obras de construção do novo Edifício de Habitação e Comércio, pressupunha o acordo com o referido grupo desportivo, de modo a que este deixasse o local livre e devoluto.

- E, logo após ter requerido o licenciamento da obra, a firma ora requerente, na pessoa do seu sócio gerente, encetou negociações, com vista a estabelecer com o referido grupo desportivo, uma plataforma de entendimento, com vista à desocupação do local e início das obras de demolição, de modo a permitir que a construção fosse iniciada no prazo estabelecido na lei.

- Acontece que, apesar de todos os esforços desenvolvidos pela requerente, só em 9 de Março de 2005, foi possível chegar a acordo com o Grupo Desportivo dos Ferroviários do Entroncamento, quanto à desocupação do prédio, de modo a que a requerente pudesse iniciar os trabalhos de demolição e posteriormente iniciar a construção.

- Para chegar a acordo, com o Grupo Desportivo dos Ferroviários do Entroncamento, num processo negocial muito moroso, a requerente teve de dar várias contrapartidas, como do acordo se infere – vide Doc. n.º 1, que se junta e que se dá por reproduzido.

- É, se é certo que, sem tal acordo (desocupação do prédio) nunca a requerente poderia ter dado início às obras de demolição e de construção, não menos certo é que, face aos iminentes interesses públicos em causa, a requerente, com longos anos de tradição na construção civil, na cidade do Entroncamento, sempre privilegiou uma solução consensual, em detrimento do recurso à via judicial, certamente mais moroso e muito mais conflituoso.

- A requerente quis e pretendia iniciar a construção (obras) no prazo estipulado por lei (15 meses), o que só não conseguiu por um motivo de força maior e que lhe é totalmente estranho.

- Assim, face aos motivos supra indicados, requer a V. Ex^a se digne revalidar, sem o pagamento de qualquer taxa adicional, o Alvará de Licença de Obras n.º 293/03, de que a requerente é titular.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, não dar provimento à petição, mantendo a deliberação de 9 de Maio de 2005.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS N.º 101/ 03 – CANFOL - CONSTRUÇÕES CIVIS DE OURÉM, LDª

- Presente o processo de obras número 101/03, em nome de Canfol – Construções Civis de Ourém, Ldª, referente à construção de um edifício, na Rua da Barroca – Pinhal da Lameira, nesta Cidade, conforme o projecto de arquitectura que junta.

- Para o efeito a D.A.U.O.P. emitiu a seguinte informação:

- «O projecto apresentado refere-se à construção de um edifício de habitação com 4 pisos mais cave para garagens num total de 39, mas com capacidade para 41 viaturas. Os pisos superiores destinam-se a habitação com um total de 34 fogos.

- A construção situa-se numa zona de média densidade até 4 pisos.

- Da aplicação do Art.º 34.º (critério da média da altura de fachada) verifica-se que do lado da Rua da Barroca não se aplica por não existirem construções, do lado da Rua José Régio a média é de 2 pisos.

- Quanto aos estacionamento verifica-se que há um défice de 14 lugares em relação ao exigido pelo PDM apesar de serem criados 18 lugares no exterior da parcela após a cedência do terreno para alargamento da faixa de rodagem.

- Cálculo – $5\,656,9\text{ m}^2 / 120 \times 1,5 = 71$ lugares.

- Tratando-se de um edifício de impacte semelhante a um loteamento é obrigatória a cedência de áreas para equipamento e zonas verdes ou o pagamento dessa área conforme tabela de taxas do RMUE, pelo que caberá à Exm.^a Câmara decidir sobre esta questão.

- Da análise do projecto verifica-se que existem algumas situações que merecem o seguinte parecer:

- Junto à Ribeira de Santa Catarina o afastamento do muro de vedação deverá ficar a 5 m do eixo de modo a garantir a passagem da ciclovia.

- A ala esquerda do edifício deverá recuar de forma a desafogar o gaveto junto à Rotunda, e a ala direita do lado tardoz deverá ser reduzida em cerca de 3 m.

- Os degraus das caixas de escadas deverão ter 1,20 m de largura conforme o regulamentado.

- Caso a Exm.^a Câmara viabilize esta proposta serão definidos por estes serviços os alinhamentos da Rua da Barroca e da Rua prevista do lado direito.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por maioria, deferir o processo de acordo com o parecer da D.A.U.O.P.

- Votaram contra os Vereadores Srs. Henrique Leal e António Costa Ferreira, que fizeram as seguintes declarações de voto:

- Vereador Sr. Henrique Leal:

- “Voto contra, porque não é cumprido o artº 34º do PDM que se refere à média das alturas e porque há um défice de 14 lugares de estacionamento”

- Vereador Sr. António Costa Ferreira:

- “Que está planeado para a zona em termos de verde urbano e equipamentos? O que queremos como cedências ou dinheiro para dar dimensão a outras infraestruturas?

- Que razões técnicas impossibilitam a construção do n.º de garagens exigidas em portaria. Porque se continuam a construir garagens individuais, quando não são uma solução racional em termos de ocupação e em termos de aproveitamento de espaço?

- Que medidas estão previstas, em sede de Instrumentos Urbanísticos, caso não haja cedências para verde urbano (ou cedências para equipamentos colectivos)? Como é compensado o deficit resultante? A sustentabilidade do sistema urbanístico exige uma efectiva preocupação de planeamento e ordenamento desses espaços. A CME não pode só arrecadar receitas (por mais necessárias que sejam) sem uma efectiva estratégia de compensação. Cobrar essas compensações foi uma luta da CDU durante muitos anos.

- Mas cobrar não basta, pois arriscamo-nos a gastar o dinheiro e a ficarmos sem as áreas necessárias ao bom desenvolvimento do Concelho.”

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº 62/05 – CARLOS FARINHA LOPES ALVES

- Presente o processo de obras número 62/05, em nome de Carlos Farinha Lopes Alves, referente à construção de um edifício, na Rua Abílio César Afonso, números

28 a 30, nesta Cidade, conforme o projecto de arquitectura que junta.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, apontar a sua decisão no sentido do indeferimento do processo, de acordo com o parecer da D.A.U.O.P., emitido em 16/5/2005, dispondo o interessado de um prazo de 10 dias, para ao abrigo do art.º 101º do CPA, dizer o que se lhe oferecer, em audiência escrita, considerando-se definitivamente indeferido, caso nada seja dito nesse período.

- O Vereador Sr. António Costa Ferreira, fez a seguinte declaração de voto:

- “O Proposto não está em condições de cumprir com a portaria relativa ao estacionamento nem com o artigo 34º do PDM relativo ao critério da média da altura da fachada.”

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº 30/83 – CASIMIRO DE MATOS HEITOR

- Presente o processo de obras número 30/83, em nome de Casimiro de Matos Heitor, referente à alteração de uma moradia (Revalidação), na Rua Abílio César Afonso, número 42, nesta Cidade, conforme o projecto que junta.

- Ouvida a D.A.U.O.P., prestou, esta, o seguinte parecer:

- «Apresenta o requerente um projecto das alterações que introduziu nas obras de remodelação da sua moradia, relativamente ao projecto aprovado. Estas obras foram executadas há vários anos, pretendendo-se agora a legalização das modificações então realizadas, tendo em vista a obtenção da licença de utilização.

- As alterações não são muito significativas e referem-se principalmente à ampliação do alpendre posterior e à manutenção do telhado, ao nível da cumeeira, como se encontrava antes das referidas obras.

- Nada temos a opor à legalização das alterações efectuadas e revalidação do processo, não se justificando a apresentação de quaisquer projectos das especialidades. Também não se verifica qualquer interferência destas alterações em termos de taxa urbanística.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.A.U.O.P.

- Mais deliberou, de acordo com a informação dos Serviços de Fiscalização, que estes procedam à elaboração do respectivo Auto de Notícia.

- Deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº 102/01 – CONSTRUÇÕES RODRIGUES & M. VIEIRA, LDª

- Presente o processo de obras número 102/01, em nome de Construções Rodrigues & M. Vieira, Ldª, referente às alterações que pretende introduzir na construção de um edifício, na Rua Padre Martinho Mourão, nesta Cidade, conforme o projecto que junta.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo o parecer da D.A.U.O.P. emitido em 17/05/2005.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS N.º 58/02 – CONSTRUÇÕES CABELEIRA, LDª

- Presente o processo de obras número 58/02, em nome de Construções Cabeleira, Ldª, referente às alterações que pretende introduzir na construção de um edifício, na Rua Mestre de Aviz, nesta Cidade, conforme o projecto que junta.

- Para o efeito a D.A.U.O.P. emitiu a seguinte informação:

- «Apresenta o requerente um projecto de alterações à construção em título.

- 1. – Análise ao projecto
- O projecto de alterações apresentado corresponde a uma redução da profundidade do lote, o que obrigou à diminuição da área da cave.
- Assim foram transformadas algumas garagens em lugares de estacionamento, de modo a manter o número global de lugares, e conseguindo-se que estes novos lugares possuam as dimensões definidas no RMUE.
- Foi igualmente reduzida a largura das varandas.
- Nada temos a opor a estas alterações.

- 2. – Conclusão

- Entendemos que o projecto de arquitectura de alterações se encontra em condições de merecer deferimento.
- Como as alterações se referem essencialmente à cave, haverá implicações em termos do projecto de segurança contra riscos de incêndio, o qual aliás não era exigido quando da aprovação do projecto inicial, devendo o mesmo agora ser solicitado.»
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo o parecer da D.A.U.O.P.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº 145/03 – AMÉLIA MARQUES VALENTE

- Presente o processo de obras número 145/03, em nome de Amélia Marques Valente, referente às alterações que pretende introduzir na construção de um edifício destinado a estabelecimento comercial, na Rua D. Afonso Henriques, número 135, nesta Cidade, conforme o projecto que junta.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo o parecer da D.A.U.O.P. emitido em 16/05/2005.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº 148/03 – RAMIRO DOS SANTOS MESSIAS

- Presente o processo de obras número 148/03, em nome de Ramiro dos Santos Messias, referente à ampliação de uma moradia (Rectificações), na Rua da Juventude, desta Cidade, conforme o projecto que junta.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo o parecer da D.A.U.O.P. emitido em 16/05/2005.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº 27/04 – VITOSILDA - CONSTRUÇÕES, LDª

- Presente o processo de obras número 27/04, em nome de Vitosilda - Construções, Ldª, referente à construção de um edifício (Rectificações), na Rua Padre Martinho Mourão, nesta Cidade, conforme o projecto que junta.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo o parecer da D.A.U.O.P. emitido em 13/05/2005.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº 56/05 – CONSTRUÇÕES CABELEIRA, LDª

- Presente o processo de obras número 56/05, em nome de Construções Cabeleira, Ldª, referente à demolição de um edifício, na Rua D. Nuno Álvares Pereira, n.º 5, nesta Cidade, conforme os documentos que junta.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo o parecer da D.A.U.O.P. emitido em 16/05/2005.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos

imediatos.

PROCº DE OBRAS Nº 63/05 – ROGÉRIO PAULO FERREIRA AFONSO

- Presente o processo de obras número 63/05, em nome de Rogério Paulo Ferreira Afonso, referente às alterações que pretende introduzir numa montra e entrada de estabelecimento comercial, na Rua Latino Coelho, número 195, nesta Cidade, conforme o projecto que junta.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo o parecer da D.A.U.O.P. emitido em 16/05/2005.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

LOTEAMENTOS

PROC. DE LOTEAMENTO Nº 5/99 – JOAQUIM GONÇALVES SIMÕES

- Presente o processo de loteamento número 5/99, em nome de Joaquim Gonçalves Simões, sito no Casal das Texugueiras, acompanhado da seguinte informação da D.A.U.O.P.:
- «Na sequência da aprovação final e definição de condicionamentos do loteamento em título, apresenta o requerente uma exposição sobre os encargos a que o mesmo está sujeito em termos de execução de obras de urbanização e equipamento (parque infantil e contentores enterrados) conjugados com o pagamento da compensação por áreas não cedidas. Solicita que o custo daqueles equipamentos seja deduzido no valor da compensação a pagar.
- Com efeito a Câmara nos anos mais recentes tem adoptado um critério mais exigente em termos de execução de espaços verdes e de colocação de equipamentos por parte dos loteadores, relativamente ao anteriormente seguido, mas este grau de exigência tem sido de uma forma generalizada. Também com a aprovação do RMUE passou a poder ser cobrada a compensação por áreas não cedidas, que há alguns anos (quando o processo se iniciou) não era feito.
- De qualquer modo esta modificação foi do conhecimento do loteador pois teve reflexo nos projectos das obras de urbanização por ele apresentados.
- Como se trata de uma situação do âmbito da gestão municipal, não se nos oferecem quaisquer considerações adicionais.»
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, não atender a petição, mantendo a deliberação anterior.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 5/82 – JOSÉ RODRIGUES FERREIRA

- Presente o processo em nome de José Rodrigues Ferreira, proprietário do lote nº 9, do alvará de loteamento nº 5/82, sito no Casal Vaz, a solicitar aprovação das alterações que pretende introduzir no referido lote, conforme documentos que junta.
- Ouvida a D.A.U.O.P., emitiu, esta, a seguinte informação:
- «O projecto de alterações do referido loteamento destina-se à subdivisão dum lote com cerca de 5.500 m² em sete lotes de Moradias Unifamiliares, confinantes com o arruamento recentemente aprovado.
- Os Parâmetros Urbanísticos de acordo com o P.D.M. são cumpridos, não havendo no entanto cedência para espaços verdes e equipamento que totalizam 360 m².
- Da parte destes serviços considera-se que não se justifica esta área diminuta, devendo ser paga de acordo com a tabela de Taxas RMUE, pelo que compete à Ex.^{ma} Câmara decidir.

- Se a decisão da Ex.^{ma} Câmara for favorável deverá proceder-se ao Inquérito Público de acordo com o estipulado no Dec. Lei 555/99 alterado com o Dec. Lei 177/01.
- Poderá ainda notificar-se o requerente a entregar os projectos das especialidades, no prazo de 6 meses.»
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por maioria, deferir o processo de acordo com a informação da D.A.U.O.P.
- Absteve-se o Vereador Sr. António Costa Ferreira que fez a seguinte declaração de voto:
- “Que medidas estão previstas em sede de Instrumentos Urbanísticos caso não haja cedências para verde urbano (ou cedências para equipamentos colectivos)? Como é compensado o deficit resultante? A sustentabilidade do sistema urbanístico exige uma efectiva preocupação de planeamento e ordenamento desses espaços. A CME não pode só arrecadar receitas (por mais necessárias que sejam) sem uma efectiva estratégia de compensações. Cobrar compensações foi uma luta da CDU durante muitos anos. Mas cobrar não basta, pois arriscamo-nos a gastar o dinheiro e a ficarmos sem as áreas tão imprescindíveis para infraestruturas urbanas.
- Os motivos apresentados levam-me a abster-me neste caso.”
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 7/88 – MÁRIO MARQUES DA COSTA DIAS

- Petição em nome de Mário Marques da Costa Dias, proprietário do lote nº 111, do alvará de loteamento nº 7/88, sito no Casal Saldanha, a solicitar a aprovação das alterações que pretende introduzir no referido lote, conforme documentos que junta.
- Ouvida a D.A.U.O.P., emitiu, esta, a seguinte informação:
- «O projecto apresentado refere-se a alterações que o requerente pretende levar a efeito no lote 111 de que é proprietário.
- A alteração resume-se à mudança de finalidade de habitação para comércio e serviços, número de pisos de 2 para 3, áreas de implantação e de construção.
- A área de implantação aumenta de 120 m² para 150 m² e a área de construção aumenta de 240 m² para 450 m².
- Da parte destes Serviços não se vê qualquer inconveniente, já que os parâmetros urbanísticos são garantidos e as áreas de cedência para zonas verdes e equipamento já cedidas no projecto inicial ultrapassam o exigido pelo PDM.
- No entanto verifica-se que a planta apresentada não define a mancha de implantação com os afastamentos aos limites do lote, pelo que deverá o requerente ser notificado a apresentar um desenho à escala 1/500, apenas deste lote com as devidas cotas.
- Para além disto sugere-se que seja prolongado o estacionamento junto aos lotes 109 e 110 até ao lote 112.
- Caso a Ex.^{ma} Câmara viabilize esta alteração, deverá o requerente ser notificado a proceder às correcções acima mencionadas.»
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o pedido de acordo com a informação da D.A.U.O.P.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 1/92 – NARCISO MANUEL DE FARIA MARQUES

- Presente o processo em nome de Narciso Manuel de Faria Marques, proprietário

do lote nº 4, do alvará de loteamento nº 1/92, sito no Pinhal da Lameira – Rua Ferreira de Castro, a solicitar aprovação das alterações que pretende introduzir no referido lote, conforme documentos que junta.

- Ouvida a D.A.U.O.P., emitiu, esta, a seguinte informação:

- «A alteração ao projecto de loteamento em título, referente ao lote nº4 que passará a destinar-se a um edifício de 4 pisos + cave, em vez de uma moradia, foi aprovada em reunião 10.12.01 tendo entretanto sido apresentado o projecto de infraestruturas telecomunicações e obtido o parecer da EDP.

- Com a aprovação do RMUE, que definiu a forma de cálculo das compensações por áreas não cedidas, o processo ficou em condições de aprovação final tendo em vista a emissão da respectiva alteração ao alvará de loteamento.

- Áreas de cedência

- De acordo com a deliberação tomada quando da aprovação desta alteração ao loteamento, o mesmo apresenta um défice de áreas de cedência. Assim estará sujeito à compensação por áreas não cedidas.

- O valor da compensação será de:

- Factor C1, correspondente às áreas não cedidas:

- K1 = 1,20 (média densidade)

- V = 446,50 € (Portaria nº 686/2004, de 19 de Junho)

- Área não cedida = 502 m²

- (referente 1124m² x 60/120 = 562 deduzido da área correspondente à anterior moradia aprovada – 60 m²).

- C1 = 1,20 x 446,50 x 502/10 = 26.897,16 €.

- Relativamente ao factor C2, por confinar com arruamento existente que neste caso será a Rua Ferreira de Castro, ainda não pavimentada, mas a executar pela Câmara, entendemos que não deverá ser considerado pois os loteadores pagaram inicialmente, e no âmbito deste processo, um encargo para as infraestruturas a instalar nesse arruamento.

- Valor da compensação C = C1 = 26.897,16€

- b) - Taxa de urbanização

- Apresenta-se o seu cálculo para o lote nº4:

- Ab1 = 1.124,00 m² e Ab2 = 398,00 m².

- Deverá deduzir-se a área considerada no loteamento inicial, objecto de cobrança de encargos com compensações urbanísticas, que foi de 360 m².

- T.U. = (5,606 x 764,00 + 2,803 x 398,00)

= 5.398,58 Euros.

- c) - Cauções e outros condicionamentos

- Não havendo obras de urbanização a levar a efeito, não se justifica a apresentação de caução.

- Deverá ficar expresso o condicionamento de que o estacionamento e o passeio em frente ao lote terão que ser executados quando da construção da edificação para aí prevista, bem como o do parecer da EDP.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por maioria, deferir o pedido de acordo com o parecer da DAUOP.

- Absteve-se o Vereador Sr. Henrique Leal, que fez a seguinte declaração de voto:

- “O loteamento 1/92 foi concebido como um loteamento de vivendas unifamiliares.

Como é que se pode, por obra e graça de um PDM a olho, viabilizar que o lote n.º 4 passará destinar-se a um edifício de quatro pisos “em vez de uma moradia”? A largura das ruas é a mesma, a dimensionamento das infraestruturas realizadas ou previstas, mantém-se?

- Como não posso inviabilizar um processo que já foi viabilizado, vou abster-me como forma de manifestar a discordância e reiterar também que em princípio também estou contra o pagamento das áreas não cedidas.

- O Vereador Sr. António Costa Ferreira, também, declarou o seguinte:

- “Voto favoravelmente, porque se trata de um compromisso assumido no passado.”

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 1/03 – CAIMA – INDÚSTRIA DE CELULOSE, S.A.

- Petição em nome de Caima – Indústria de Celulose, S.A., proprietária dos lotes n.ºs 160 e 161, do alvará de loteamento n.º 1/03, sito na Urbanização do Casal do Bonito, a solicitar aprovação das alterações que pretende introduzir nos referidos lotes, conforme documentos que junta.

- Ouvida a D.A.U.O.P., emitiu, esta, a seguinte informação:

- «O projecto apresentado refere-se às alterações que o requerente pretende levar a efeito nos lotes n.ºs 160 e 161 de que é proprietária.

- As alterações resumem-se à anulação do comércio a nível do rés-do-chão sendo substituído por habitação com um total de 6 fogos cada lote.

- É ainda proposto o aumento de área de construção de 598,00 m² para 759,00 m² não sendo alterada a área do lote.

- Todos os parâmetros urbanísticos são garantidos pelo que o projecto está em condições de merecer deferimento, não se justificando a apresentação de quaisquer projectos de especialidades.

- É de mencionar que as áreas de cedência para zonas verdes e equipamento, bem como o n.º de lugares de estacionamento previstos no projecto inicial ultrapassam bastante o exigido pelo PDM, pelo que o aumento de área de construção proposto não justifica mais cedências.

- Se a decisão da Exma Câmara for favorável deverá proceder-se ao Inquérito Público de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/01 de 04 de Junho.

- Anexa-se o cálculo para efeitos de pagamento da Taxa Urbanística.

- Cálculo da Taxa Urbanística (T.U.)

- Lote n.º 160 - Ab1 inicial – 598,00 m² - Ab1 proposta – 759,00 m²

- Lote n.º 161 - Ab1 inicial – 598,00 m² - Ab1 proposta – 759,00 m²

- Aumento da Área Bruta de Construção = 2 x (759 – 598) = 322,00 m²

- Taxa Urbanística (T.U.) = 5,606 x 322,00 m² = € 1 805,13.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o pedido de acordo com a informação da D.A.U.O.P.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 1/03 – PRÉSTIMO-PRESTÍGIO IMOBILIÁRIO, S.A.

- Petição em nome de Préstimo – Prestígio Imobiliário, S.A., proprietária dos lotes n.ºs 162, 163 e 164, do alvará de loteamento n.º 1/03, sito na Urbanização do Casal do Bonito, a solicitar aprovação das alterações que pretende introduzir nos

referidos lotes, conforme documentos que junta.

- Ouvida a D.A.U.O.P., emitiu, esta, a seguinte informação:

- «O projecto apresentado refere-se às alterações que o requerente pretende levar a efeito nos lotes nºs 162, 163 e 164 de que é proprietária.

- As alterações resumem-se à anulação do comércio em dois dos lotes a nível do rés-do-chão sendo substituído por habitação.

- No lote n.º 164 mantêm-se o comércio e a área de construção foi aumentada. Também nos lotes nºs 162 e 163 a área de construção foi aumentada não havendo alterações nas áreas dos lotes.

- Todos os parâmetros urbanísticos são garantidos pelo que o projecto está em condições de merecer deferimento, não se justificando a apresentação de quaisquer projectos de especialidades.

- É de salientar que as áreas de cedência para zonas verdes e equipamento, bem como o n.º de lugares de estacionamento previstos no projecto inicial ultrapassam bastante o exigido pelo PDM, pelo que o aumento da área de construção não justifica mais cedências.

- Se a decisão da Exma Câmara for favorável deverá proceder-se ao Inquérito Público de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/01 de 04 de Junho.

- Anexa-se o cálculo para efeitos de pagamento da Taxa Urbanística.

- Cálculo da Taxa Urbanística (T.U.)

- Lote n.º 162 - Ab1 inicial – 468,00 m2 - Ab1 proposta – 519,00 m2

- Lote n.º 163 - Ab1 inicial – 468,00 m2 - Ab1 proposta – 504,00 m2

- Lote n.º 164 - Ab1 inicial – 819,00 m2 - Ab1 proposta – 929,00 m2

- Aumento de Área = (519 – 468) + (504-468) + (929-819) = 197,00 m2

- Taxa Urbanística (T.U.) = 5,606 x 197,00 m2 = € 1 104,38»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o pedido de acordo com a informação da D.A.U.O.P.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ALV.LOT.3/01-PEREIRA&VIEIRA,LDª/CONST.R.S& M.VIEIRA, LDª-GARAN.BANCÁRIA

- Da D.O.M.S.U., foi presente a seguinte informação relativa a um pedido de redução de garantias bancárias referente ao alvará de loteamento nº 3/2001:

- «Para conhecimento e devidos fins, cumpre-me informar V. Exª. que as Firms Construções Rodrigues & M. Vieira, Ldª e Pereira & Vieira, Ldª, solicitam a redução das garantias bancárias pela execução dos trabalhos de infra-estruturas já realizados.

- Encontram-se neste momento concluídos e em condições de libertação de garantias bancárias os seguintes trabalhos:

- infra-estruturas	-	garantia	-	redução (90%)
- Abastecimento de água	-	73.443,79 €	-	66.099,41 €
- Esgoto doméstico	-	99.186,56 €	-	89.267,90 €
- Águas pluviais	-	211.529,55 €	-	190.376,60 €
- Arruamentos				
- Cap.1 Movimento de terras	-	94.995,16 €	-	85.495,65 €
- Cap.2 Betão	-	43.077,96 €	-	38.770,16 €
- Cap.3.1 Tout-Venant	-	201.701,67 €	-	181.531,50 €
- Cap.3.6 Lancil	-	65.397,08 €	-	58.857,37 €
- Eléctricas	-	392.042,72 €	-	*335.703,56 €
- telefónicas	-	29.279,89 €	-	26.351,90 €

- TOTAL - 1.072.454,05 €
- * não se efectuou redução das armaduras de iluminação pública com valor estimado de 19.020,77 €
- As infra-estruturas eléctricas foram recepcionadas provisoriamente, com excepção das armaduras de iluminação pública, conforme a carta 1298/04/VTPC da EDP, de 11 de Maio de 2004.
- As infra-estruturas telefónicas foram recepcionadas provisoriamente, conforme carta nº 5001200431/19390085 da PT, de 2 de Novembro de 2004.
- o valor total da garantia bancária das obras de construção das infra-estruturas do loteamento é de 1.756.018,00 €, estando este valor dividido por duas garantias bancárias:
- Em nome da Firma Pereira & Vieira, Lda, no valor de 1.071.170,98 €, garantia bancária nº 164-43.010017-6, de 04 de Dezembro de 2001, da Caixa Económica Montepio Geral.
- Em nome da Firma Construções Rodrigues & M. Vieira, Lda, no valor de 684.847,02 €, garantia bancária nº 0282-000083-688-0019, de 20 de Dezembro de 2001, da Caixa Geral de Depósitos, S.A.
- Tendo as duas Firmas efectuado requerimento conjunto, de 4 de Maio de 2005, no qual expressam "que a primeira redução nas referidas garantias, seja feita apenas na garantia pertencente a Pereira & Vieira, Lda", e não se vendo qualquer inconveniente em contrário, julgo estarem criadas as condições para se proceder à extinção da garantia em nome da Firma Pereira & Vieira, Lda, no valor de 1.071.170,98 €.
- Permanecerá como garantia das restantes obras do loteamento a garantia bancária em nome da Firma Construções Rodrigues & M. Vieira, Lda, no valor de 684.847,02 €."
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, proceder à redução das garantias bancárias, de acordo com a informação da DOMSU.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

REDE CICLOVIAS

EMPREITADA DE REDE DE CICLOVIAS – RUA DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO

- Pelo Exmo Presidente foi presente, a seguinte informação dos Serviços de Notariado relativa à empreitada de "Rede de Ciclovias – Rua Dr. Francisco Sá Carneiro":
- «De acordo com o art.º 116º. do Decreto-Lei 59/99 de 02/3, e artigo 64º. do Decreto-Lei nº. 197/99, de 08/06, e após adjudicação da empreitada de "Rede de Ciclovias – Rua Dr. Francisco Sá Carneiro", à Firma "Lena Engenharia E Construções, S.A.", junto remeto a V. Exª. a minuta do contrato para aprovação desta Câmara.»
- A Câmara, "embora este assunto não se encontrasse na Ordem do Dia, concordou com a sua análise" e deliberou por unanimidade, aprovar a Minuta do Contrato para a empreitada de "Rede de Ciclovias – Rua Dr. Francisco Sá Carneiro".
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

AUTO DE CONSIGNAÇÃO

RECUP.REMOD.EDIF.MUNICIPAL REMOD.INST.SANIT.CONST.CAIXA P/ELEVADOR

- Pelo Exmo Presidente foi presente, um Auto de Consignação de Obra, referente à empreitada de "Recuperação e Remodelação do Edifício da Câmara Municipal –

Remodelação das Instalações Sanitárias – Construção de Caixa para Elevador", elaborado em 17 de Maio de 2005, e adjudicada à Firma Construtora Joalis – Construção Civil e Obras Públicas, LDA

- A Câmara, “embora este assunto não se encontrasse na Ordem do Dia, concordou com a sua análise”, tomou conhecimento do mesmo e deliberou por unanimidade, homologar o referido Auto.

FESTAS DA CIDADE E S. JOÃO

FESTAS DA CIDADE E S. JOÃO - TASQUINHAS

- Pelo Exmo Presidente foi presente, uma informação dos Serviços Culturais, sobre a atribuição dos espaços para as tasquinhas a implantar nas Festas da Cidade e S. João 2005, no Largo José Duarte Coelho.

- A Câmara, “embora este assunto não se encontrasse na Ordem do Dia, concordou com a sua análise” e deliberou por unanimidade, aprovar a atribuição das tasquinhas conforme apresentado.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

RELAT.APREC.PROP.“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS FESTAS DA CIDADE 2005”

- Nesta altura, e conforme tinha sido solicitado pelo Vereador Sr. Henrique Leal, o Exmo Presidente distribuiu pelos Srs. Vereadores, para conhecimento, cópia do Relatório de Apreciação das Propostas de “Prestação de Serviços nas Festas da Cidade 2005”, cujo processo, neste momento, se encontra em audiência prévia dos concorrentes.

PAGAMENTOS

PAGAMENTOS

- A Câmara deliberou autorizar os pagamentos no valor total de 488.940,70€ (quatrocentos e oitenta e oito mil novecentos e quarenta euros e setenta cêntimos), referente às autorizações de pagamento números 2980 ao 3159.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

- E eu, _____, Chefe de Secção da Divisão Administrativa, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente e Vereadores presentes.